

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa
Fotolitos e Impressão: Joerna
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: (1) 796 97 13

Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas Considerações Históricas

Xosé M. Núñez Seixas

Departamento de História, Universidade de Santiago de Compostela

I.

As relações entre Galiza e Portugal na época contemporânea continuam a ser pouco investigadas, lacuna tanto mais surpreendente se se tiver em conta que relações de todo o tipo, não apenas político-culturais mas também económicas, comerciais, etc., que existiram através dos séculos, especialmente na região fronteira galaico-portuguesa (um caso típico de área de fronteira onde cultura e actividades humanas se complementam e sobrepõem). Somente alguns trabalhos historiográficos de rigor científico têm sido elaborados desde os anos 80, quer do ponto de vista das relações político-culturais entre Galiza e Portugal desde meados do século XIX¹ — incluindo, nestas, um ou outro estudo pontual sobre a colaboração conjunta de organizações operárias galegas e portuguesas no dealbar do século XX² —, quer numa perspectiva de estudo comparado das realidades sócio-económicas de ambos os países³.

Contudo, o tema das relações *políticas e culturais* entre a Galiza — ou, mais precisamente, o movimento *galeguista* (da sua fase *provincialista* de meados do século XIX até à fase *nacionalista* iniciada em 1916) — e Portugal constitui um facto demasiado explorado, em que as perspectivas políticas e sócio-linguísticas presentes se projectavam com clareza. Desde o reintegracionismo linguístico «militante», por exemplo, os mais pequenos esboços de contactos, alusões ou louvores a qualquer dos dois lados da fronteira, eram especialmente considerados como uma prova de que o mundo intelectual galego, e, mais especificamente, o galeguismo, quase desde as suas origens olhou para Portugal como um país de referência e para o seu idioma como um modelo a seguir pelo galego, para a sua completa estandardização e normalização⁴. Semelhante posição tomaram contribuições historiográficas mais fiáveis, se bem que com um maior sentido crítico: assim, Vázquez Cuesta considera que Portugal foi escolhido pelos galeguistas desde finais do século XIX como «termo de referencia, servindo non só de compás que marcaba o carreiro a seguir senón tamén como instrumento controlador de posibles desviacións», sendo, ainda, considerado como um contrapeso da hegemonia castelhana na Península Ibérica⁵.

Perspectivas como esta fazem parecer sobre dimensionada a verdadeira *lusofilia* do movimento galeguista desde finais do século XIX e, mais ainda, poderia fazer

esquecer o que a recente investigação historiográfica galega tem por de mais mostrado: essa lusofilia dos galeguistas era limitada e contraditória, e restrita praticamente apenas ao âmbito cultural, sem abranger tanto os aspectos políticos da questão. Além disso, cumpre analisar os termos do debate e descobrir as verdadeiras ideias-chave que se encontram por trás do abundante discurso galeguista de solidariedade para com Portugal (e vice-versa). Nem a grandiloquência das declarações proferidas em certames literários, eventos culturais, etc., ou mesmo em artigos soltos de revistas e jornais, nem sequer as relações individuais entre destacados intelectuais nacionalistas galegos e portugueses⁶ são provas claras de uma relação/interacção efectiva entre nacionalismo galego e realidade portuguesa.

É patente que dentro do *provincialismo* galego de meados do século, o apelo a Portugal é inexistente, tanto em termos culturais como políticos. E mais recentemente, durante a etapa regionalista, como afirma Villares, «non só non existen relacións culturais ou políticas entre ambas beiras do Miño senón que tampouco no rexionalismo galego se postula como valor sustantivo e configurador do mesmo as semellanzas a Portugal»⁷: com efeito, as referências a Portugal como fundador da personalidade histórica e cultural galega estão praticamente ausentes, tanto em Brañas — teórico e fundador do regionalismo galego conservador, em finais do século XIX — como do líder do regionalismo federalista, A. J. Pereira. Somente em Manuel Murguía, teórico do galeguismo liberal e da construção histórica da Galiza como nação (na sua obra *Historia de Galicia*), aparece, muito esporadicamente, uma contraditória consideração «face ao exterior» do português como mesma língua que o galego e mesmo como a expressão culta e literária deste (para salientar o prestígio do idioma galego face aos ataques de quem o considerava morto ou incapaz de se adaptar à vida moderna), juntamente com uma ênfase na diferença idiomática do galego em relação ao português que o leva a defender uma criação literária e normalização diferentes⁸. Na realidade, os regionalistas, e, de certo modo, os nacionalistas depois, projectarão a aproximação a Portugal e à cultura portuguesa apenas como uma reacção perante a consciência da situação de inferioridade que o galego sofria (e sofre) face ao domínio do espanhol nos âmbitos oficiais e no sistema educativo: daí o recurso às afirmações retóricas de solidariedade, de identificação com a língua portuguesa como *arma dialéctica*, que não se traduziam numa política consciente de aproximação cultural ao país vizinho. Em boa parte, esta será a política da Academia Galega desde a sua fundação em 1906: um muito moderado diálogo com a cultura portuguesa, uma busca de uma língua galega própria e mesmo com grafia próxima da pronúncia, será o seu caminho (também fracassado no seu objectivo principal: elaborar a norma erudita do galego). No aspecto político, a presença de Portugal será praticamente nula no discurso galeguista — à parte algum apelo poético do bardo Eduardo Pondal à reconciliação «para a caduca Iberia / dos fillos de Breogán».

Será, em todo o caso, durante a fase *nacionalista* do galeguismo, especialmente ao longo do primeiro período das *Irmandades da Fala* (1916-1923) e da actividade

cultural e investigadora do *Seminario de Estudos Galegos*, que Portugal passará a integrar-se como uma realidade mais viva no discurso e na *praxis* galeguista. As relações culturais com Portugal foram especialmente fomentadas pelo *Seminario* e pela revista *Nós*, aproximando-se da instituição compostelana destacados intelectuais portugueses, como Mendes Correia, Mário Cardoso, Pires de Lima, Santos Junior, Serpa Pinto, etc⁹. Por outro lado, na determinante *Asemblea Nacionalista* de Lugo, de Novembro de 1918, podem recolher-se alguns exemplos práticos do interesse por Portugal: as *Irmandades* definem nela a sua preferência por uma forma de governo para a Espanha que permita a federação ibérica com Portugal, e chegam a insinuar a possibilidade de recorrer a esse país para que defenda os direitos nacionais da Galiza no seio da Sociedade das Nações... O nacionalismo descobriu, de facto, um novo e original papel para a Galiza: o de servir de conexão para uma federação ibérica, pela semelhança linguística dos dois países: com ele, complementava-se a tradição iberista do federalismo espanhol com o princípio nacionalista étnico. Contudo, as referências políticas a Portugal diminuíram bastante a partir de 1923: as novas circunstâncias que o nacionalismo atravessou — radicalizado, além disso, na *Irmandade Nazionalista Galega* purista de Risco, e sob o novo contexto da ditadura de Primo de Rivera — também contribuíram bastante para esse esvaimento das relações com Portugal; é de supor também que as condições políticas existentes a partir de 1926, neste último, eivaram ainda mais a relação dos galeguistas com ele.

Por outro lado, convém sublinhar o papel do apelo e presença de Portugal no discurso teórico e especialmente na construção do conceito de nação que uniformiza, no fundo, as diversas correntes do galeguismo desde 1920: Portugal tem, no conceito de nação galega, um papel de «referente de reintegração» próximo, que fortalece a oposição ao «referente de oposição» (Castela) e complementa-se com o papel jogado pelos «referentes de analogia» — quer dizer, as chamadas «Nações célticas» e especialmente a Irlanda — para a definição da Galiza-nação e do *Volksgeist* galego¹⁰. Isto é especialmente patente, por exemplo, no sistema ideológico principal de Vicente Risco, principal ideólogo do nacionalismo até aos anos 30, segundo o qual a Galiza, juntamente com as outras seis nações célticas e Portugal, haveria de desempenhar um destacado papel no futuro, sucedendo enquanto «civilização da memória» ao decadente mundo latino ou germânico¹¹. Mais ainda, Portugal apresenta-se, ao longo da história do nacionalismo galego, como uma espécie de «referente mítico» forçado, cuja presença tutelar podia ser invocada ocasionalmente para «ameaçar» o espanholismo oficial: eis o sentido das declarações, por exemplo, do deputado nacionalista Otero Pedrayo no restaurante *La Bombilla* de Madrid, em 1931, afirmando que se a Galiza não adquirisse um estatuto federal dentro da recém-chegada República espanhola, procuraria o apoio de Portugal para obter a sua liberdade...¹². É evidente que nessas alocações se mantinha uma imagem idílica e atemporal de Portugal, sem considerar, por exemplo, que regime político vigorava neste país (a ditadura salazarista).

Culminar, sem dúvida, dessa atenção dada a Portugal pelo nacionalismo galego, mas também expressão máxima das suas contradições, será o importante lugar que

a nação lusitana ocupa nas páginas da «Bíblia» do nacionalismo até aos anos 60, o *Sempre en Galiza* (1944) de A. R. Castelao. Esse «referente de reintegração» nacional oferecido por Portugal é matizável na sua importância, mesmo em Castelao: este não pensa em Portugal em termos de referencial político ou de «reintegração nacional», que no fundo é negada, uma vez que pensa que o Estado português perdera a sua «homogeneidade» étnica original (isto é, galega: o solar histórico da antiga Suévia medieval) ao alargar-se para o Sul. Daí que postule um confederalismo ibérico que possa realmente conduzir a uma «recuperação» do Norte de Portugal pela Galiza¹³. O facto de nem todo o país ser passível de ser incluído na *Gallaecia* romana ou da Suévia medieval, para os galeguistas, representava uma certa dificuldade na concepção do país vizinho como um todo reintegrável.

Também no seio do nacionalismo galego da II República as vozes individualizadas a favor de uma aproximação a Portugal conheciam a oposição de outras que preconizavam uma especificidade nacional sem concessões para a Galiza e para o idioma galego: Lino Pérez, por exemplo, em Buenos Aires, lembrava, numa interessante conferência proferida em 1931, os prejuízos económicos e culturais que uma junção com Portugal poderia trazer à Galiza na medida em que suporia uma subalternização da cultura e personalidade galegas e das capacidades económicas do país: «Qué porvir agarda ó porto de Vigo fronte a Lisboa?»¹⁴. Isto não impediu que durante o período da II República o galeguismo continuasse a fomentar as relações culturais com Portugal: reflexos disso foram as *Semáns luso-galaicas* (de Vigo, em Março de 1933, e do Porto, em Abril de 1935), a actividade de Ramón Martínez López como «representante oficioso» do nacionalismo em Lisboa, etc. Proeminentes nacionalistas como A. Villar Ponte ou Xoán Carballeira defendiam a necessidade de uma aproximação ortográfica progressiva do galego ao português, posição que, de certo modo, surgia também nas primeiras normas ortográficas para o idioma galego elaboradas pelo SEG em 1934¹⁵.

II.

Todavia, em Portugal, essa corrente não teve tanto eco. A falta de resposta às mensagens de simpatia transmitidas de além-Minho deve-se a vários factores, dos quais o simples facto de Galiza e Portugal partirem de bases diferentes. Este, estado consolidado e estável, nunca mostrou interesse em complicar as suas relações com a Espanha, já de si pouco favorecidas, através da ingerência em pretensões irredentistas. Se os galeguistas por vezes procuraram incoerentemente encontrar um aliado em Portugal, o certo é que a Galiza jamais desempenhou um papel de *borderland minority* na convivência hispano-portuguesa¹⁶. Apesar do papel da oposição à Espanha como elemento representativo e afirmativo da nacionalidade portuguesa, a Galiza é vista mais como uma herança de tempos perdidos entre brumas de saudade — caso particular das referências à Galiza na obra de Pascoaes, Lopes Vieira, etc. — que como uma parte efectiva de um *Volksstum* português além-fronteiras. No domínio da literatura política, só é detectável um limitado interesse pela Galiza entre alguns autores republicanos e monárquicos; entre os integralistas

somente se podem encontrar alguns ecos em A. Lopes Vieira¹⁷ e mesmo em António Sardinha, de quem se deu a conhecer postumamente, em 1935, a sua obra *Nacionalismo galego e lirismo português*. Nesta obra, Sardinha sobrevaloriza a dimensão espiritual em relação à política, e resumia no lirismo dos cancioneiros uma das pedras angulares dos nacionalismos português e galego¹⁸. Em geral, alguns traços ideológicos da geração integralista portuguesa, como o seu purismo étnico e político da nacionalidade ou o seu atlantismo (definindo como base da nação portuguesa o *Homo Atlanticus*, em decadência desde o contacto com raças centro-europeias, etc.), poderiam ter influenciado Vicente Risco ou, no mínimo, estavam próximos do seu pensamento¹⁹, ao mesmo tempo que traços comuns podiam ser detectados entre o pensamento do ideólogo nacionalista orensano e as ideias antiparlamentaristas e idealizadoras da vida agrária de Teixeira de Pascoaes. Pelo contrário, o diálogo político entre os nacionalistas republicanos galegos e os republicanos portugueses foi muito pouco frutífero²⁰. O interesse pela Galiza, sem ser destacado nem considerável, cingiu-se especialmente à revista progressista e «modernista», fundada em 1921 no âmbito do grande debate intelectual que abalou as elites portuguesas por essa altura, a *Seara Nova*, e a alguns intelectuais particulares: Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, a revista *A Águia*, etc., com alguns casos curiosos como o de Alfredo Pedro Guisado (1891-1975), português filho de galegos²¹.

De qualquer forma, as relações pelo lado português, no plano intelectual, ficavam por aí. Mesmo quando o presidente do Congresso de Nacionalidades Europeias, o alemão Ammende, visitou a Galiza, em 1933, e proferiu declarações a um jornal galego salientando que a Galiza devia aproximar-se de Portugal como «minoría nacional portuguesa em Espanha» e pedir-lhe o seu apoio, declarações que foram amplamente reproduzidas no *Diário da Manhã*, o embaixador alemão em Lisboa apressou-se a apresentar-se ao seu governo, fazendo notar o entusiasmo despertado em vários sectores portugueses pelas iniciativas lusófilas dos nacionalistas galegos, em especial da *Seman Portuguesa*, de Vigo, mas também que não se planeava nenhuma «questão galega» em termos políticos por parte da intelectualidade ou da classe política portuguesa, nem por parte do Governo português, que procurava evitar complicações com a Espanha²². O regime salazarista, afinal a materialização mais real de fascismo português, não pretendeu levar a cabo nenhuma espécie de questão irredentista, nem promoveu sequer do ponto de vista ideológico uma vontade expansionista em direcção à Galiza. Isto talvez tenha a ver também com o carácter mais ou menos «fascista» genérico do salazarismo, a sua falta de nacionalismo expansionista, o que é mais interessante se comparado com as posições defendidas pelos nacional-sindicalistas. De facto, a única faceta permanente de interesse crescentemente político e até envolto numa certa nuvem de conspiração, têmo-la no genuíno fascista Rolão Preto, fundador e líder máximo do Movimento Nacional-sindicalista. O agressivo nacionalismo português que este proclamava via a Galiza como uma parte irredenta de Portugal com base nos seus elos históricos, étnicos e geográficos, defendendo que Portugal sem a Galiza era uma «nação

amputada»²³. Rolão Preto esteve exilado em Espanha em 1933/34, sendo hóspede em Madrid de J. A. Primo de Rivera, entre outros. Porém, o fascista português declarou, anos mais tarde, ter mantido contactos formais com dois deputados galegos que representavam um movimento «anexionista» («Nessa altura havia uma grande corrente a favor da união com Portugal»). A proposta que os presumíveis galeguistas fizeram a Rolão Preto foi a de levar até Salazar a ideia de um plebiscito na Galiza a favor de uma união com Portugal. Esses deputados teriam mesmo, já no começo da Guerra Civil, chegado a falar com Salazar (sempre segundo Rolão Preto), propondo-lhe a ocupação da Galiza por forças portuguesas que supervisionariam a realização do plebiscito. O plano teria inclusive o acordo do representante militar português em Madrid, Vasco de Carvalho, que defendia que a operação era possível, mas Salazar não arriscou (na realidade seria pouco provável que quisesse arriscar a sua amizade com o grupo franquista)²⁴. Lenda ou realidade, a Galiza só neste caso podia constituir uma terra irredenta portuguesa que os autênticos fascistas portugueses sonhavam anexar.

III.

De qualquer forma, deve-se ter em conta que o nacionalismo galego procurou desde sempre uma via independente de Portugal, e que, apesar de um certo diálogo cultural com este durante a fase nacionalista (1916 em diante), sempre quis manter essa especificidade cultural e nacional. M. Hroch explica a diferença entre a dinâmica de um movimento nacional *duma small nation* e um movimento étnico de uma minoria nacional com base em dois factores: 1) uma minoria nacional não tem necessidade de elaborar e definir o seu idioma literário e erudito e a sua própria cultura no contexto político-social. 2) A *Mutterland* representa uma tradição de desenvolvimento autónomo e de política independente de forma que a minoria nacional, ainda que não possua uma *ruling-class* definida, possa procurar apoio da *ruling-class* vizinha, de tal modo que o processo de desenvolvimento do movimento nacional esteja sempre intimamente ligado à possibilidade de conexão com a «*mature and fully-formed nation*»: o programa nacional poderia ser adoptado e trazido do exterior²⁵. Está fora de causa que o galeguismo não só nunca correspondeu a este esquema, e que, além disso, escolheu mais ou menos conscientemente a afirmação nacional própria: além do mais, apesar da simpatia dos escritores galegos desde o *Rexurdimento* pela literatura portuguesa, não se apoiaram nela para formar a língua literária galega, mas, pelo contrário, basearam-na no conhecimento das suas variedades locais na Galiza, e a partir da sua especificidade tentou-se construir uma norma tendo em conta outras experiências do mundo latino, não exagerando as influências portuguesas²⁶. Nem no plano político nem no linguístico se procurou, desde o começo, uma integração e apenas algumas tentativas e iniciativas muito individualizadas — Xoán Vicente Viqueira, por exemplo — começaram a desenvolver-se durante a fase nacionalista do galeguismo. Além disso, dever-se-ia verificar até que ponto esse «referente de reintegração» português não obedeceria também à tradição iberista do republicanismo federal espanhol²⁷.

Sublinharemos que também a integração federal de Portugal numa futura Ibéria não era defendida somente e em primeiro lugar pelos galeguistas. O iberismo defendido por estes era penta-nacional: englobava a federação de cinco realidades nacionais distintas, a saber: Galiza, Portugal, Castela, País Basco e Catalunha. Em compensação, o catalanismo político, sem nenhum elo «étnico» com Portugal, dirigia a sua atenção para este, no que se aproxima do galeguismo (já em 1908 aparecera em Lisboa uma obra teorizadora do papel da Catalunha e de Portugal dentro de uma reordenação ibérica²⁸), na concepção de um iberismo trinacional que surgira em Maragall e que fora reestruturado pelo *Modernisme* catalão: entre 1818/21, os próprios catalanistas enviaram embaixadas culturais a Portugal (especialmente representadas por Ll. Nicolau d'Oliver, Eugeni d'Ors, Joan Estelrich, etc.). Esse iberismo trinacional enquadrava somente a Catalunha, Castela e Portugal, incluindo a Galiza (que para os catalães representava uma porção integrante do conjunto cultural e nacional português): um indicativo claro desse iberismo visto a partir da orla mediterrânica são as obras catalanista do republicano e lusófilo Ribera i Rovira, que em vários opúsculos entre 1905 e 1911 defendeu a necessidade de uma reorganização da Península com base na federação das «três nacionalidades ibéricas: Portugal, Castela e Catalunha». Segundo o catalão, que mantinha relações sobretudo com o grupo da *Renascença Portuguesa* (Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra, etc.), a Galiza e Portugal deveriam formar, no futuro, uma mesma nacionalidade, tendo como aglutinador comum o elemento céltico...²⁹. Vemos também, por outro lado, como aos olhos do movimento nacionalista centro-europeu — que geralmente interpretava os problemas nacionais da Europa ocidental como problemas de minorias nacionais —, o movimento galeguista era o da reivindicação de uma minoria portuguesa desenvolvida no seio do Estado espanhol que devia assentar o seu futuro no apoio português e na *Volksverbundenheit* com este³⁰. Esta dicotomia entre o pensamento íntimo dos nacionalistas galegos como nação diferente mas ligada a Portugal, e a exteriorizada, mesmo por outros movimentos nacionalistas da Galiza como um pseudo-Portugal do Norte tem continuado, de certo modo, até épocas muito recentes. Como acontecia no caso da definição céltica do nacionalismo galego — porque os nacionalistas irlandeses, galeses ou bretões praticamente nunca consideram a Galiza como «nação céltica», ainda que esta autodenominação tenha obtido algum êxito fora da Península Ibérica³¹ —, o mais curioso do lusitanismo será talvez essa verificação da *décalage* entre o pensamento íntimo dos galeguistas, sobretudo ao nível popular — é desnecessário lembrar, goste-se ou não, que o desprezo e rejeição de todo o «português» era hábito, acontecendo o mesmo em Portugal com os «galegos» —, e o pensamento manifestado. A relação com Portugal parece ser um *desintegrating factor* dentro da coesão política do nacionalismo galego que este não conseguia resolver e que provavelmente continua sem encontrar solução. As polémicas linguísticas presentes ainda hoje no galeguismo — que, na verdade, não encontram correspondência ao nível do desenvolvimento e maturidade política — constituem o mais claro exemplo dessa persistente desintegração.

IV.

A título de exemplo comparativo, podem ser citados outros casos de movimento nacionalistas ou «pequenas nações» na Europa durante o período analisado e que também contavam com «referente de reintegração» nacional mais ou menos próximo. O nacionalismo occitano entroncou certamente no nacionalismo catalão e especialmente na triunfante e próspera cultura catalã, uma fonte de inspiração e identificação permanente de que são testemunhas, por exemplo, as frequentes relações entre os catalanistas e o *Félibrige* de Mistral desde a segunda metade do século XIX e principalmente nos anos 20 e 30 entre os núcleos occitanistas Montpellier e Toulouse e o mundo intelectual e político catalão: a Catalunha autónoma de 1931 torna-se um mito referencial para os occitanos — tal como para os autonomistas corsos³². Por outro lado, na algo indefinida concepção nacional occitana (que queria, de facto, incluir zonas tão diferentes como Béarn e Provença), contemplava-se também a inclusão do Norte da Catalunha. Contudo, os occitanos sempre mantiveram claramente afastada a sua identidade catalã e, apesar das semelhanças entre as suas línguas, nunca pensaram numa aproximação linguística e ortográfica em relação ao catalão. Isto não impediu que durante os anos 30 se publicassem interessantes revistas como *Occitania*, em Barcelona, fruto da colaboração conjunta de estudantes occitanistas e catalanistas, ou o encontro de especialistas de ambos os países noutras publicações, encontros, etc., nas quais o carácter político, subjacente ao cultural, era manifesto. Porém os elos Occitânia/Catalunha pertencem ao âmbito das relações entre nacionalidades. A dinâmica que domina nas relações entre um movimento nacionalista e a sua *Mutterland* próxima ou longínqua torna-as muito mais difíceis.

Um caso exemplar é o dos flamengos. Não nos cabe a nós julgar se as semelhanças ou diferenças entre o dialecto flamengo e o holandês são maiores ou menores do que as existentes entre o galego e o português, mas, em todo o caso, a comparação entre a situação galega e a flamenga tem sido mesmo evocada pelos defensores do reintegracionismo linguístico, como por exemplo R. López Suevos³³. A relação entre o movimento, primeiramente literário e cultural e logo a seguir político, de reivindicação flamenga e a Holanda, atravessou várias fases. Inicialmente, durante o século XIX e após a independência da Bélgica, era mais do que uma certa distância e desprezo popular entre os dois povos e entre as variantes do neerlandês — agravado pela diferença religiosa: uma Holanda protestante/uma Flandres católica. A convicção de que o flamengo e o holandês eram idiomas que possuíam um tronco comum, mas que cada qual seguira o seu caminho logo no século XVI, ganhava peso porquanto, após 1830, os flamengos tentam distanciar-se da Holanda. Assistir-se-á, pois, durante os anos 30 e mesmo 40 do século XIX, a uma certa «guerra ortográfica», à qual se misturavam outros interesses (por exemplo, o clero temia que a unificação da escrita permitisse a difusão dos textos protestantes holandeses). Porém, os *flamingants* depressa se verão confrontados com um problema contraditório: a necessidade de ultrapassar o estádio de dialecto do flamengo para

restaurar uma língua erudita que pudesse ser o alicerce do movimento cultural e favorecer a normalização do idioma da Flandres face ao francês oficial; além disso, apresentava-se um problema de edição e mercados literários. Estas preocupações são expressas nos congressos de literatura neerlandesa a partir de 1849 (Gent). A evolução far-se-á paulatinamente do lado flamengo e também do lado holandês, tendendo para uma unidade não só cultural como também de raça entre Flandres e Holanda, mas sem que, surpreendentemente, isto induza os flamenguistas a aderir à nacionalidade neerlandesa. Uma vez que a língua flamenga não contava com o apoio das classes burguesas, o movimento flamengo, obrigado a procurar alianças externas, adoptou uma fórmula original na Europa do seu tempo: a diferença nítida entre língua, cultura e política, o que permitia aos *flamingants* ser ao mesmo tempo cidadãos belgas e sentirem-se ligados à língua e cultura holandesas³⁴. Chegara-se, assim, a uma unificação linguística, unificando-se a *koiné* neerlandesa, mas o movimento flamengo seguirá o seu caminho político — mais fraco, de facto, até começos do século XX — totalmente afastado dos «irredentismos» da Holanda. Durante a I Guerra Mundial, favorecida pelos ocupantes alemães, desenvolveu-se, todavia, entre os *flamingants*, a ideia de uma possível integração de um estado pan-neerlandês, a *Groot-Nederland*³⁵. Apesar do relativo descrédito que os nacionalistas flamengos sofreram no pós-guerra por esse facto, já entre as duas guerras o pan-neerlandismo e o desenvolvimento teórico da ideia da *Groot-Nederland* conheceram uma certa pujança. A chamada Liga Pan-Neerlandesa (*Algemeen Nederlands Verbond*), fundada em 1895, fora uma consequência dessa aproximação durante o século XIX, especialmente fortalecida desde 1917, graças à radicalização política das primeiras, de aproximação cultural Flandres-Holanda, que levaram à formação da *Dietsch Bond* (União Pan-Neerlandesa), que desde 1926 editava a revista *De Dietsche Gedachte*³⁶. Esse pan-neerlandismo tinha uma particular força junto do movimento estudantil nacionalista flamengo, no seio do qual se publicavam edições pan-neerlandistas como *Jong Dietschland* ou *Vlaanderen*: é, de facto, entre os sectores juvenis e mais radicais do flamenguismo que se verifica uma derivação mais política do pan-neerlandismo cultural³⁷. Este inspirava-se, em boa parte, no pensamento *völkisch* alemão destinado aos seus *Auslandsdeutsche*, mas estava paralisado por uma constante tensão entre o ímpeto reintegracionista e mesmo «imperialista» da *Groot-Nederland* e a preocupação em conservar as características e a especificidade da Flandres-Nação. Um exemplo das contradições principais desse pan-neerlandismo teórico é, por exemplo, o das formulações do seu principal ideólogo desse tempo, P. Geyl³⁸.

Um caso que talvez se possa inserir entre os expostos seria o da relação entre o nacionalismo corso e a Itália. Também neste caso, o parentesco cultural com esta é bastante forte — sendo o corso, na realidade, um dialecto italiano, ao contrário do sardo —, e a anexação pela França, em 1769, bastante tardia (o que criou entre os corsos uma memória recente da «perda da sua independência»). Todavia, o nacionalismo corso não procurou — nem procura — uma aproximação cultural e

linguística à Itália, preferindo empenhar-se na defesa da sua identidade nacional e cultural, ainda que isso provoque problemas de estabelecimento do seu idioma nacional. A atracção sentida, em particular entre as guerras, pelos activistas corsos — o *Partitu Corsu Autonomista*, a revista *A Muvra*, etc.³⁹ — pela Itália fascista, que, por sua vez, defendeu e promoveu diversos movimentos nacionalistas periféricos nos países vizinhos — especialmente na Jugoslávia — por interesses estratégicos, é interpretável mais como uma *dérive fasciste*, que neste caso se via fortalecida pela semelhança étnica⁴⁰, que como uma efectiva presença da *Mutterland* italiana no discurso e estrutura ideológica do nacionalismo corso entre as guerras. No entanto, a Itália apoiou o nacionalismo corso, atribuindo-lhe um carácter irredentista, através, por exemplo, da propaganda a ele favorável desenvolvida no jornal *Il Telegrafo* de Livorno⁴¹. Tal como no autonomismo sardo, as referências de analogia para o nacionalismo corso ao nível ideológico pareciam mais ser as outras «nações sem estado» do Mediterrâneo ocidental (Sardenha, Malta, Occitânia e, especialmente, a Catalunha).

Em todo o caso, o regime político que possuísse o país ou *Mutterland* de referência agia também como um incentivo ou um freio para os anseios reintegracionistas/irredentistas, dependendo, por sua vez, das orientações políticas dos próprios activistas nacionalistas. Assim, as relações entre os occitanistas e os catalanistas avivaram-se durante os anos 20 e 30 devido à irrupção de vários núcleos de jovens nacionalistas que cortaram com o tradicionalista *Félibrige* e que defendiam uma ideologia mais progressista, o que permitiu aproximar-se da esquerda catalanista. Por outro lado, os sectores mais radicais e conservadores dos corsistas — por exemplo, Petru Rocca — encontravam na Itália fascista um perfeito parceiro, tal como as formulações fascizantes de muitos pan-neerlandistas, que lhes eram próximas. Porém, o diálogo entre o maioritariamente progressista nacionalismo galego dos anos 30 e Portugal era travado pelo regime político que vigorava neste último.

V.

Cabe agora perguntar se a razão pela qual as relações entre Galiza e Portugal se assemelham mais às existentes entre a Occitânia e a Catalunha do que às verificadas entre a Flandres e a Holanda ou mesmo entre a Córsega e a Itália, apesar de Portugal ser também um Estado e a semelhança entre os idiomas galego e português ser, provavelmente, muito maior do que a existente entre o occitano e o catalão, embora um pouco inferior à existente entre o flamengo e o holandês. O facto de o movimento flamengo eleger o caminho prévio da unificação linguística já no século XIX é um factor a ter em conta. Mesmo assim, é claro que a memória da união política com a Holanda era muito mais recente — começos do século XIX —, mas, ao mesmo tempo, isso funcionou, pelo menos no começo, como um freio a uma simpatia declarada pelos vizinhos do Norte. Porém, é significativo também que, em geral, o pan-neerlandismo não contasse com o apoio oficial nos círculos políticos mais influentes da Holanda e que, mesmo os principais jornais e órgãos desse país se opusessem ao movimento nacionalista flamengo, enquanto em Portugal não se pode

falar de uma oposição mas antes de uma indiferença ou mesmo de uma ignorância recíproca.

Na realidade, em Portugal houve uma certa corrente de apoios intelectuais mas que não foi além da organização independente e de contactos pessoais e apenas pontuais. Para encontrar a razão dever-se-á procurá-la, de novo, nessa busca da cultura escrita independente e mesmo na tensão entre os referentes «célticos» e lusitanos do nacionalismo galego: aqueles adquiriram unilateralmente talvez uma maior importância e sobrepuseram-se à força da componente «lusista» dentro do galeguismo, o que a impedia de definir de uma forma clara face ao exterior a sua própria procura de uma cultura e uma personalidade galegas próprias. Cumpriria perguntar até que ponto essa tensão interna está presente ainda hoje, já que parece muito claro que, fora as simbologias, o actual galeguismo se afirma na busca de uma identidade original, no campo cultural, que anseia por uma certa equidistância da portuguesa e da espanhola e que, praticamente, não leva em consideração nenhuma espécie de «parentesco céltico». A respeito deste assunto é, também, significativo verificar como uma determinada dependência que era observável no fraco nacionalismo occitano — inclusive no campo cultural, apesar de contar com um Prémio Nobel da Literatura — fruto das inspirações catalãs, não é valorizado nas relações culturais galaico-portuguesas. Nestas buscava-se o *scambio culturale* entre duas culturas com pontos em comum, mas a galega, por volta dos anos 20, mesmo antes da *Xeneración Nós*, tinha já percorrido um caminho longo de mais para ter que depender de outra cultura para se desenvolver, e provavelmente também porque os nacionalistas galegos sofreram na sua crueldade o dilema dos flamengos no século XIX (a necessidade de preservarem uma identidade própria, até a prudência política para não se confundirem culturalmente com o país «afim», mas também a verificação da situação de inferioridade do galego face ao castelhano). Os flamengos resolveram-no mediante uma unificação linguística que não implicava, pelo menos no início, uma identificação nacional; os galegos preferiram manter-se na contradição e preconizar uma aproximação condicionada à cultura portuguesa, especialmente desde 1916, que não impedia a tentativa de desenvolvimento de uma cultura galega específica tanto na utilização da língua (o período nacionalista até 1936 vê o uso mais generalizado de uma escrita o mais [enxebri] possível) como na reivindicação dos seus referentes e símbolos de identidade específicos. Nem sequer entre os sectores mais radicais do nacionalismo galego se projectou um «panlusitanismo» mais coerente, v.g. entre as *Mocedades Galeguistas* ou entre os arredistas bonaerenses (com a honrosa excepção de Ricardo Flores). Em todo o caso — tal era a posição de Risco —, projectava-se a necessidade, primeiro, de lutar contra o castelhano através de uma consolidação cultural e nacional autocentrada; mais tarde, após a sua conquista, pretendia-se uma aproximação ortográfica, etc., mas *entre iguais*. Eis a diferença em relação ao reintegracionismo político puro e simples.

De qualquer forma, e para concluirmos, chamamos a atenção para o facto de a questão das relações com Portugal e da postura adoptada face a ele poderem ser

interpretadas como um sinal mais da coesão ou integração/desintegração interna do nacionalismo galego mesmo até hoje, naquela que foi a sua proposta de *nacionalismo cultural*⁴² e a sua particular linha de desenvolvimento, na sua definição do conceito de nação e, em definitivo, na constituição de uma identidade nacional que, por sua vez, se transforme numa proposta de futuro para a sociedade. Neste aspecto, o nacionalismo galego parece ter procurado um caminho um tanto «intermédio» entre o flamengo e o occitano: projecta-se uma proximidade cultural e linguística em relação ao «referente de reintegração» (que, contudo, não chega a aparecer como *Mutterland*), mas procura-se uma relação entre iguais diferentes, mesmo com uma utópica vontade de projecção e até expansão sobre Portugal. Poderia mesmo afirmar-se que os galeguistas procuravam não tanto a *portuguesização* da Galiza (no âmbito cultural) mas a *galeguização* de uma parte de Portugal. As relações, de facto, assemelhavam-se mais às características da relação entre um movimento nacionalista mais desenvolvido e outro mais atrasado (caso dos occitanos em relação aos catalães), com a diferença de que Portugal não fornecia modelos de *Nationalbewegung*, mas antes uma referência «estatal», que, para mais, se tornava muito problemática enquanto o regime vigente em Portugal desde 1926 impedia a consideração de um modelo «político»: saudades da pré-história, sim; mas postular imitações ou elogios às condições políticas presentes em Portugal era algo diferente. É assim que os nacionalistas galegos evitarão pronunciar-se sobre o regime político salazarista, e reagirão perante o apoio português a Franco com uma mistura de assombro e poesia, que não demonstrava senão impotência e talvez uma falta de compreensão da real situação política internacional⁴³. Os galeguistas também não definiram, no seu conceito de nação, uma solidariedade étnica coerente, uma vez que o peso do historicismo e do factor *terra* era maior do que o do factor *língua*, na altura de definir as afinidades.

Sem pretender tomar uma posição no debate linguístico actualmente em curso na Galiza (entre *lusistas* e *oficialistas*, sobre a normativa ortográfica), queremos apenas assinalar que o caso das relações efectivas Galiza-Portugal obedece, regra geral, à típica incompreensão mútua característica dos contactos entre movimentos nacionalistas (se bem que Portugal seja um Estado amadurecido e consolidado), enquanto cada um possuía uma imagem idealizada e irreal do outro «ser» nacional que, para mais, se considerava, em cada caso, aparentado com o próprio. A falta de uma definição teórica de um nacionalismo irredentista ou de um pensamento *völkisch* português, por outro lado, impedia que a Galiza fosse considerada como parte reintegrável.

Ainda hoje, as iniciativas de Portugal em relação à Galiza são escassas, mesmo no plano intelectual, e se no futuro se projectar uma maior colaboração, provavelmente dever-se-á ao novo tipo de solidariedades que a «Europa das duas velocidades» da CEE imporá aos países destinados a ser periféricos.

Tradução de Nuno Miguel Camarinhas

- ¹ Cf. R. VILLARES, «As relacións de Galiza con Portugal na época contemporánea», *Grial*, XXI (1983), nº 81, 301-314.
- ² G. BREY, «Un exemplo de internacionalismo sindical: a Unión Galaico Portuguesa (1901-1904)», J. DE JUANA e X. CASTRO (eds.), *III Xornadas de Historia de Galicia. Sociedade e Movemento Obreiro en Galicia*, Orense, Diputación Provincial, 1986, 223-255.
- ³ R. VILLARES, «Los foros de Galicia. Algunos problemas y comparaciones (Galicia, Portugal y Valencia)», *Ler História*, 12 (1988), 47-76.
- ⁴ Da abundante bibliografía produzida neste sentido, destacamos, por exemplo, M. DO C. HENRÍQUEZ SALIDO, «Castelao e Portugal», J. G. BERAMENDI e R. VILLARES (eds.), *Actas Congreso Castelao (Santiago de Compostela, 24-29 Novembro 1986)*, Santiago, Xunta de Galicia/Universidade/Fundación Castelao, 1989, vol. I, 349-360.
- ⁵ P. VÁSQUEZ CUESTA, «Portugal e nós», *A Trabe de Ouro*, 6 (1991), 191-203.
- ⁶ Por exemplo, P. VÁSQUEZ CUESTA, «A correspondencia de Vicente Risco con Teixeira de Pascoaes», *Grial*, 86 (1984), 460-468.
- ⁷ R. VILLARES, «As relacións...» (nota 1), 310-313.
- ⁸ R. MÁIZ, *O rexionalismo galego. Organización e ideoloxía (1886-1907)*, Corunha, Ed. do Castro, 1984, 283-284. De facto, se Murguía, no discurso dos Jogos Florais de Tui, se refere ao galego como «nobre idioma que do outro lado dese río é lingua oficial que serve a máis de vinte millóns de homes», mais adiante matizará essas afirmacións no sentido de considerar que o galego é merecedor de uma consideración individualizada e de um incentivo próprio e independente.
- ⁹ Para uma aproximação descritiva a estes contactos, cf. C. A. MOLINA, *Prensa literaria en Galicia (1809-1920)*, Vigo, Xerais, 1989, especialmente os mantidos com o mundo literário português pela revista *Nós*.
- ¹⁰ J. G. BERAMENDI, *El nacionalismo gallego en el primer tercio del siglo XX* (tese de doutoramento), Universidade de Santiago, 1987, 380 ss. Um resumo da elaboração ideológica do conceito de nação galega em J. G. BERAMENDI, «Estructura ideolóxica básica do nacionalismo galego no primeiro tercio do século XX», X. L. BARREIRO (coord.), *O pensamento galego na Historia (Aproximación crítica)*, Santiago, Universidade, 1990, 261-268.
- ¹¹ Cf. J. G. BERAMENDI, *Vicente Risco no nacionalismo galego*, Santiago, Ed. do Cerne, 1981, 2 vols.
- ¹² Cf. X. R. QUINTANA e M. VALCÁRCEL, *Ramón Otero Pedrayo. Vida, obra e pensamento*, Vigo, Ir Indo eds., 1988.
- ¹³ J. G. BERAMENDI, «Estructura e evolución da ideoloxía política de Castelao», J. G. BERAMENDI e R. VILLARES (eds.), *Actas Congreso...* (nota 4), vol. I, 189-223 (especialmente 218-219).
- ¹⁴ *Galicia*, 28/06/1931, p. 2.
- ¹⁵ Cf. X. CASTRO, *O galeguismo na encrucillada republicana*, Orense, Diputación Provincial, 1985, 289-295.
- ¹⁶ Sobre o papel dos conflitos étnicos nas relações interestatais, cf. P. SMITH, *Ethnic Groups in International Relations*, Nova Iorque/Aldershot, New York U. P./Dartmouth, 1991, especialmente A. SUPPAN, «Conclusion», 331-341.
- ¹⁷ «A Galiza», *Em demanda do Graal*, Lisboa, Portugal Brasil Lda., Sociedade Editora de Lisboa, 1921, 341-343.
- ¹⁸ Sardinha também dedicou o seu poema «Paixão da Raça» à Galiza e a Castelao, em *Quando as Nascentes Despertam*, Lisboa, Livraria Ferrin, 1921, 235-236.
- ¹⁹ Cf. A. COSTA PINTO, «A formação do integralismo lusitano: 1907-1917», *Análise Social*, 72-73-74 (1982), 1409-1419.
- ²⁰ M. LEDO ANDIÓN, *Os intelectuais republicanos, a sua prensa e o caso galego (1910-1926). Para o estudo das relacións luso-galaicas ó traveso da prensa*, Relatório III, Fundação Gulbenkian, 1983.
- ²¹ Para uma descrição destes contactos, A. VENTURA, «A 'Seara Nova' e a Galiza. Contribuição para o estudo das relações culturais luso-galegas», *Clio. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, vol. 6 (1987-1988), 141-157.

- 22 Relatório da embaixada alemã em Lisboa ao Auswärtiges Amt, Lisboa, 15/05/1933, «Reise des Herren Ammende nach Spanien und Portugal», *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, Bona, R. 60530, Minderheitenkongresse.
- 23 Os discursos neste sentido do órgão nacional-sindicalista Revolução Nacional eram inúmeros. Cf. T. GALLAGUER, *Portugal. A twentieth-century interpretation*, Manchester, Manchester U.P., 1983, 90.
- 24 Entrevista a Rolão Preto, in J. MEDINA, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e nacional-sindicalismo, a história de um conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978, 173-176.
- 25 M. HROCH, *Social preconditions for national revival in Europe*, Cambridge, Cambridge U. P., 1985, 123-124.
- 26 Como recorda F. FERNANDEZ REI («A 'questione della lingua' galega», *A Trabe de Ouro*, 5 (1991), 29-40), tentou-se, desde o começo, a distinção do galego como *Ausbausprache*, procurando a sua própria especificidade como língua.
- 27 Para uma análise deste tema, cf. M. CF. LÓPEZ-CORDÓN, *El pensamiento político internacional del federalismo español (1868-1874)*, Barcelona, Planeta, 1975.
- 28 J. NAVARRO MONZO, *Catalunha e as nacionalidades ibéricas*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1908.
- 29 RIBERA I ROVIRA, *Ensayos iberistas. Portugal y Galicia nación. Identidad étnica, histórica, literaria, filológica y artística*, Barcelona, R. Tobella, 1911. Ribera mencionava também as declarações do político republicano português Teófilo Braga ao *The Times*, em que este afirmava o seu ideal de constituir uma «federação ibérica» de 4 ou 5 repúblicas, das quais uma seria Portugal com a Galiza. Na mesma orientação, considerava que esta confederação dos povos da Ibéria serviria como primeiro passo para uma federação das autênticas nações europeias, de acordo com a ideia herderiana (RIBERA I ROVIRA, *Iberisme*, Barcelona, Biblioteca Popular de l'Avenç, 1907 e Id., *O génio peninsular*, Porto, Ed. Da Renascença Portuguesa, s.d., [1909]).
- 30 X. M. NÚÑEZ SEIXAS, «Galicia no espello europeu. As relacións internacionais do nacionalismo galego, 1916-1936», *A Trabe de Ouro*, 8 (1991), no prelo.
- 31 Ocorrem mesmo distorções curiosas na forma como a Galiza é vista, no exterior, do ponto de vista étnico: assim, no mapa de *Völker und Sprachen Euroaps unter besonderer Berücksichtigung der Volksgruppen*, oficializado pela *Föderalistische Union der Europäischen Volksgruppen* (FUEV), chega-se a esta síntese: se entre os *Kelten* se situam irlandeses, bretões, escoceses, etc., os galegos aparecem enquadrados numa categoria intermédia entre os *Romanen*, os *Kelto-romanen*, de que são os únicos componentes.
- 32 J. GUIOMAR, *Relations entre les mouvements autonomistes, fédéralistes et régionalistes et la gauche française, 1918-1939*, Mémoire de Maîtrise, Unif. de Paris I (Sorbonne), 1968. Ainda J. VENTURA SUBIRATS, *Els catalans i l'occitanisme*, Barcelona, Ed. 62, 1964.
- 33 R. LÓPEZ SUEVOS, *Dialéctica do desenvolvimento. Língua, nação e classes sociais*, Corunha, AGAL, 1983, 15. Segundo o autor, se Portugal tivesse o nível do desenvolvimento económico da Holanda, «os nossos antilusistas poriam-se mais flamengos».
- 34 E. GUBIN, «Nationalités politiques et nationalités linguistiques: l'attitude du mouvement flammand à l'égard des PAYS-BAS (1830-1860)», in *Colloque historique sur les relations belgo-néerlandaises entre 1815 et 1945*, Bruxelles, 10-12/12/1980, Gent, s.e., 1982, 329-352. Essa diferenciação, contudo, era bastante confusa: usaram o termo povo (*volk*) para designar o conjunto político e a raça; e o termo nacionalidade (*Nationaliteit*) tanto no sentido político (Estado) como no sentido cultural.
- 35 L. WILS, «De Grootnederlandse beweging 1914-1944. Ontstaan, wezen en gevolgen», *Colloque Historique...* (nota 34), 415-450.
- 36 Cf. uma visão geral em A. W. WILLEMSEN, *De Vlaamse Beweging van 1914 tot 1940 I* (Twintig eeuwen Vlaanderen, D1. 5), Hasselt, 1975, 227-233. Continua com interesse S. B. CLOUGH, *A History of the Flemish Movement in Belgium*, Nova Iorque, Richard R. Smith Inc., 1930, cap. IX.

DOSSIER

- ³⁷ L. VOS, «De Dietse studentenbeweging 1919-1940», *Colloque Historique...* (nota 34), 451-493.
- ³⁸ P. GEYL, *De Groot Nederlandsche Gedacht*, Haarlem, Tjeenk Willin & Zoon, 1925.
- ³⁹ Cf. H. YVIA-CROCE, *Vingt années de corsisme (1929-1939). Chronique corse de l'entre-deux-guerres*, Ajaccio, Éd. Cyrnos et Méditerranée, 1979; F. POMPONI, «Le régionalisme en Corse dans l'entre-deux-guerres (1919-1939)», C. GRAS e G. LIVET (eds.), *Régions et Régionalisme en France. Du XVIIIe siècle à nos jours*, Paris, PUF, 1977, 393-415.
- ⁴⁰ Cf. R. ARZALIER, *Les perdants. La dérive fasciste des mouvements autonomistes et indépendantistes au XXème siècle*, Paris, Ed. de la Découverte, 1990.
- ⁴¹ Cf. a visão italiana em F. GUERRI, *Gli anni e le opere dell'irredentismo corso*, Livorno, Officine Poligrafiche Italiane, 1941.
- ⁴² J. HUTCHINSON, *The dynamics of cultural nationalism*, Londres, Allen & Unwin, 1987.
- ⁴³ Cf., por exemplo, a mensagem dirigida a Oliveira Salazar nas páginas de *Nova Galiza*, 2 (20/04/1937) (X. L. GARCÍA, *Nova Galiza*, Edición facsimilar, Corunha, Ed. do Castro, 1990).